

**A CONTRIBUIÇÃO DA GEOGRAFIA PARA A EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA –
ANÁLISE DO CURRÍCULO¹
THE CONTRIBUTION OF GEOGRAPHY FOR CITIZENSHIP EDUCATION– ANALYSIS OF
THE CURRICULUM**

Branca MIRANDA

brancam@univ-ab.pt

Manuela MALHEIRO FERREIRA

manuelamalheirof@gmail.com

Universidade Aberta, Lisboa, Portugal

PALAVRAS-CHAVE: Geografia, Educação para a Cidadania, Ensino Básico, Currículo, Competências

RESUMO

Neste artigo procurou-se evidenciar em que medida os conteúdos, as competências e as experiências delineadas para o ensino da Geografia nos documentos oficiais do ME podem contribuir para a Educação para a Cidadania (EC). Numa tentativa de realizar uma análise fina procurámos nas orientações programáticas de Geografia (3º ciclo do Ensino Básico) os itens lexicais que fizessem transparecer o contributo desta disciplina para Educação para a Cidadania. A técnica utilizada foi a da análise por campos semânticos.

KEYWORDS: Geography, Citizenship Education, Basic Education Curriculum, Competences

ABSTRACT

In this article was highlighted the extent to which the content, competences and experiences outlined for the teaching of Geography in the official documents of the ME may contribute to Citizenship Education (CE). A fine analysis of the Geography syllabuses guidelines (3rd cycle of Basic Education, pupils of 12 to 15 years old) was conducted. The technique used was the analysis of semantic fields.

1. INTRODUÇÃO

A contribuição da disciplina de Geografia para a Educação para a Cidadania é hoje considerada, por muitos autores, desejável e incontornável. Desejável porque o saber Geográfico, como os outros, não é neutro mas, antes enformado por valores que devem ser explicitados e estar em sintonia com o que entendemos serem os pilares da educação dos cidadãos numa sociedade democrática. Incontornável porque a Geografia é uma ciência que

¹ Miranda, B e Ferreira, M. A contribuição da Geografia para a educação para a cidadania: análise do currículo. In Atas do VII Congresso da Geografia Portuguesa: Repensar a Geografia para novos desafios, competências, investigação, ação, (s.p.). Associação Portuguesa de Geógrafos e Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, Lisboa. Edição APG 2011. Cd-rom. ISBN 978-972-99436-4-5

estuda aspectos da vida dos seres humanos e da sua relação com o espaço que mais nenhuma outra aborda.

O desenvolvimento de competências geográficas contribui para o reforço da identidade nacional e europeia, conduz a um maior sentido de pertença em relação à sociedade onde se inserem e permite despoletar a solidariedade para com os outros e o sentido de responsabilidade para com os problemas locais e globais.

Assim, é necessário saber se as propostas programáticas do ME, no que se refere à disciplina de Geografia no 3º Ciclo do ensino básico, respondem ao desafio que os responsáveis da educação têm vindo a fazer: formar cidadãos conscientes, críticos e activos de molde a aprofundar a vivência em democracia, a tolerância e a solidariedade.

Assim, procurou-se compreender em que medida os conteúdos, as competências e as experiências delineadas para o ensino da Geografia nos documentos oficiais do ME podem contribuir para o desenvolvimento das competências definidas para a EC.

2. ANÁLISE SEMÂNTICA DO DISCURSO

Numa tentativa de realizar uma análise fina procurámos nas orientações programáticas de Geografia (3º ciclo) os itens lexicais que fizessem transparecer o contributo desta disciplina para Educação para a Cidadania. A técnica utilizada foi a da análise por campos semânticos que tem «como objectivo analisar as características imputadas a uma determinada entidade» (Ghiglione e Matalon, 2001: 219).

Nas diferentes partes do documento, procedeu-se à inventariação dos campos semânticos definidos: 1) itens atitudinais; 2) itens valorativos, assinalando os casos em que considerávamos incontornável a sua inclusão.

Assim, a análise que se segue estrutura-se tendo como base os diferentes temas programáticos em que o documento se organiza, pretendendo-se, deste modo detectar se as propostas em análise põem em relevo as competências para uma cidadania democrática a desenvolver nos alunos.

Texto introdutório - **Introdução**

- Reconhecer a influência, a nível global, das acções locais
- Proteger a paisagem
- Cooperar com os outros
- Saber ouvir
- Criar consensos
- Partilhar ideias
- Desenvolver a autonomia
- Tomar decisões

Fig. 1 – Análise Semântica I

Estamos perante uma listagem de atitudes que deverão ser desenvolvidas nas aulas de Geografia. Todas elas se enquadram no espírito da educação cidadã, particularmente nos aspectos que se referem à relação com os outros.

Primeira temática - **A Terra: estudos e representações**

- Nenhuma expressão valorativa ou atitudinal
- Nada sobre mapas que não apresentem o mundo numa perspectiva eurocêntrica

Fig. 2- Análise Semântica II

Este capítulo debruça-se sobre a análise e elaboração de cartas e mapas. Em nenhum lugar se refere a necessidade de recorrer a diferentes tipos de projecções de modo a que os jovens tenham uma ideia mais próxima da realidade. De facto a projecção mais comum, a de Mercator, caracteriza-se por dar uma visão sobreavaliada do continente europeu.

Segunda temática - **Meio Natural**

- Uma perspectiva descritiva da realidade
- Nada que relacione as catástrofes naturais com a acção do Homem;

Fig. 3 - Análise Semântica III

O estudo do meio natural consiste numa descrição dos aspectos físicos das paisagens, terminando com a temática "catástrofes naturais". Como é sabido as alterações introduzidas pelo homem na natureza são responsáveis pelo aumento da frequência deste tipo de fenómenos, contudo essa perspectiva não é referida em nenhuma parte do programa.

Terceira temática - **População e povoamento**

- Mais uma vez uma perspectiva descritiva dos fenómenos
- Nada sobre xenofobia, racismo, etnocentrismo
- Nada sobre tolerância perante a diferença
- Não refere a integração ou os conflitos sociais

Fig. 4 - Análise Semântica IV

Este é um capítulo onde se exploram as questões demográficas (evolução, estrutura e movimentos populacionais). A ausência de qualquer referência aos aspectos aqui indicados parece ser uma grave lacuna, num momento em que as relações interétnicas se têm vindo a tornar mais crispadas e em que Portugal tem vindo a acolher um elevado número de imigrantes. Porque vivemos um período em que a intolerância face à diferença tem vindo a crescer, em que as desigualdades económicas tendem a aumentar e em que os conflitos sociais atingem proporções preocupantes, torna-se ainda mais premente que as escolas assumam explicitamente o seu papel encorajando mudanças das atitudes negativas face à diferença.

Quarta temática - **Actividades económicas**

- Impactos ambientais
- Sustentabilidade

Fig. 5 – Análise Semântica V

Apesar de referido na introdução ao documento, não é aqui destacada a inserção das economias locais numa economia global ou seja, as interdependências que hoje existem entre as realidades económicas vistas a diferentes escalas. O fenómeno da globalização, talvez aquele que tem mais repercussões na actualidade não é referido. Sublinha-se, ainda, que não aparecem elementos no discurso que atribuam um valor aos conteúdos a trabalhar o que pode conduzir ao seu enviesamento e à anulação do seu papel formativo.

Quinta temática - **Contrastes de Desenvolvimento**

- Desigualdades
- Fome e subnutrição
- Estatuto da mulher
- Analfabetismo
- Distribuição da riqueza
- Reflectir sobre a diversidade cultural
- Cooperação internacional

Fig. 6 – Análise Semântica VI

Neste capítulo a não explicitação de valores parece o resultado de uma opção de tornar o Programa tão “imparcial” quanto possível. Palavras como a solidariedade, a igualdade, celebrar a diversidade, a liberdade, a tolerância, o respeito pela verdade, a justiça não se encontram nesta temática, o que pode dar azo a que ela seja leccionada de uma forma aparentemente neutra.

Sexta temática - **Ambiente e sociedade**

- Rearborização
- Preservação do património
- Produtos biodegradáveis
- Energias renováveis
- Reciclagem
- Reutilização
- Nada sobre o excesso de consumo
- Nada sobre o esgotamento dos recursos

Fig. 7 – Análise Semântica VII

Neste capítulo não nos apercebemos de uma preocupação clara em contribuir para a mudança de atitudes do aluno/consumidor. Noções como as de reduzir o próprio consumo, o consumo nos países mais ricos, o esgotamento dos recursos, as alterações climáticas não

são aqui ventiladas. Por outro lado, não é referido o conceito que as atitudes individuais podem fazer a diferença, aspecto essencial para a mudança de atitudes.

Propostas de metodologias

- Trabalho de campo uma vez por ano
- Trabalho de grupo uma vez por ano
- Visita de Estudo
- Simulações e jogos
- Estudo de caso
- Método investigativo
- Trabalho colaborativo
- Trabalho projecto

Fig. 8 - Experiências Educativas em Geografia e a EC

Finalmente as metodologias propostas surgem apenas como indicações, podendo o professor utilizar as que entender mais ajustadas. Deve, no entanto, fazer trabalho de campo e trabalho de grupo uma vez por ano. As visitas de estudo, as simulações e jogos e o estudo de caso são também considerados métodos a privilegiar.

Se nos reportarmos às propostas da (Oxfam, 1997), as orientações programáticas para a disciplina de Geografia do 3º ciclo apresentam lacunas importantes no que se refere ao domínio dos valores a desenvolver nos jovens.

Alguns aspectos que não são nunca focados neste programa são os seguintes:

- Preocupação face à injustiça e à desigualdade;
- Disponibilidade para tomar parte em acções contra a desigualdade;
- Compaixão;
- Sensibilidade face às necessidades e aos direitos dos outros;
- Preocupação sobre os efeitos do nosso estilo de vida nas outras pessoas e no ambiente;
- Disponibilidade para tomar posições relativamente a questões globais;
- Acreditar que as pessoas podem fazer a diferença.

Podemos ainda acrescentar que expressões valorativas como democracia, integridade, responsabilidade, honestidade, respeito pelo próximo, lealdade, compromisso, estão ausentes do documento analisado. Do mesmo modo não se encontram palavras como justiça, liberdade, igualdade, solidariedade, racismo ou xenofobia. De facto consideramos que estes conceitos deviam servir de fio condutor a todos os actos educativos, constituindo-se como um "cenário" enquadrador para o ensino e a aprendizagem da Geografia.

Em sua substituição encontramos, no geral, um conjunto de indicações centradas exclusivamente nas competências disciplinares, vistas de uma perspectiva neutra, sem que transpareça uma visão mais alargada, mais interventiva e mais comprometida do papel da Geografia no currículo e na formação dos jovens, ou seja, sem que se vislumbre o papel que a maioria dos especialistas deseja para a Educação Geográfica no século XXI.

3. CONCLUSÕES

A análise das orientações programáticas elaboradas para a disciplina de Geografia no que refere quer às competências a desenvolver quer às experiências de aprendizagem leva-nos a concluir que não existiu na elaboração deste texto um esforço claro no sentido de cumprir as orientações gerais, ou seja, tornar a Educação para a Cidadania uma área transversal do currículo. Se, evidentemente, pelas suas características próprias (métodos e objecto) a Geografia é uma disciplina que pode contribuir largamente para o desenvolvimento do espírito crítico e para que os jovens aprendam a valorizar bem a realidade não é menos verdade que as opções do professor podem conduzir a uma visão neutral ou a valorizações erróneas. O documento prima, então pela ausência de valores expressos com excepção dos que se referem ao ambiente e ao desenvolvimento sustentável facto que se poderá imputar às características bastante consensuais destas duas temáticas (pelo menos a um nível mais superficial) enquanto as temáticas polémicas, como a fome, a pobreza ou o desenvolvimento humano são referidas de um modo mais descritivo ou não estão mesmo presentes como os subúrbios, o racismo e a integração.

Cabe então ao professor decidir como vai fazer a gestão dos conteúdos programáticos, atendendo às orientações gerais emanadas da tutela, ao Projecto Curricular de Turma e às características dos seus alunos de modo a conseguir criar um ambiente propício à aprendizagem e ao seu desenvolvimento cognitivo, ético e social e atendendo a que «a preocupação ao nível das metodologias e estratégias é fulcral nas situações mais formais, mas as atitudes e procedimentos de vivência cívica, nas diferentes situações informais que ocorrem no contexto escolar, são igualmente importantes e, porventura, até mais decisivas» (Afonso, 2004: 457).

BIBLIOGRAFIA

- Afonso, M. (2004). Educação para a Cidadania em Portugal. In DEB, *Flexibilidade Curricular, Cidadania e comunicação*. Ministério da Educação, Lisboa.
- Audigier, F. (2000). *Basic Concepts and Core Competencies for Education for Democratic Citizenship*. Council of Europe, Strasbourg.
- Crick, B. (1998). *Education for citizenship and teaching of democracy in schools, final report*. QCA, London.
- DEB, (2002). *Geografia orientações curriculares: 3º Ciclo*. Ministério da Educação, Lisboa.
- Figueiredo, C. (2002). Horizontes da educação para a cidadania na educação básica. In Abrantes, P., Figueiredo, C. & Simão, A. pp. 41-66. *Reorganização curricular do ensino básico: Novas áreas curriculares*. DEB, Ministério da Educação, Lisboa.
- Ghiglione e Matalon, (2001) O Inquérito, Celta Editora, Oeiras.
- Graves, N. (1983). *Geography in education*. Heinemann Educational Books, London.
- Kent, A. (1996). Evaluating the Geography curriculum. In Kent, A., Lambert, D., Naish, M. & Slater, F. *Geography in education*. Cambridge University Press, Cambridge.

- Lambert, D. & Machon, P. (2001). *Citizenship through secondary geography*. p. 42-67, Routledge/Falmer, London.
- Miranda, B. (2010) *A reconfiguração didáctica: implicações da educação para a cidadania nas práticas da educação geográfica*, Tese de Doutoramento, Universidade Aberta, Lisboa.
- Oxfam (1997) What is global citizenship? Acedido em 13/06/2011. http://www.oxfam.org.uk/education/gc/what_and_why/what/
- Souto, X. (1999). Los Retos de la Educación Geográfica en las enseñanzas básicas. In *Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, nº 142. Acedido em 21/2/2006. www.ub.es/geocrit/b3w-142.htm
- UGI (2007). Lucerne declaration on geographical education for sustainable development. In Reinfried, S., Schleider, Y. & Rempfler, A., (Ed). *Geographical views on education for sustainable development*. Proceedings of the IGU Lucerne-Symposium, p. 243-250, Lucerne.